

respechado

C. M. F.

JOAQUIM ROMERO MAGALHÃES



A CONQUISTA DO ALGARVE AOS MOUROS

JOAQUIM ROMERO MAGALHÃES
Professor da Faculdade de Economia
da Universidade do Porto

3-1

A Conquista do Algarve aos Mouros

À memória do Dr. José Neves

*(Conferência proferida em Faro
no dia 30 de Março de 1985)*



Edição da Câmara Municipal de Faro
F A R O — 1987

Mandam as boas regras que os historiadores — homens preocupados, por definição, com o tempo — tenham a mesma preocupação com o espaço. A realidade de um processo, de um percurso, tem de ser, imperativamente, dada na conjugação espaço-tempo.

Recuando sete séculos, em que a técnica rudimentar, em especial nos transportes, tudo condicionava, o tempo é, creio bem, a segunda das coordenadas a considerar.

Espaço.

O espaço algarvio de finais da primeira metade do século XIII não é, como nunca foi, um isolamento. Só se entende, como zona de conflito e fronteira, considerando o todo Peninsular e Maghrebino. O complexo espacial luso-hispano-marroquino — se quisermos dizê-lo de outra maneira.

Espaço de conflito e de lutas.

Um reino, o de Aragão, pretende progredir para o Sul, de modo a dominar a fachada mediterrânea da Península, e em 1244 fixa as suas fronteiras em Murcia.

Um outro reino, ainda defeituosamente organizado, o de Castela e Leão, tenta progredir para o Sul, igualmente, para atingir Gibraltar e assim assegurar-se da primazia no Estreito. Por então, em 1236, ocupou Córdoba.

A Oeste, um reino dificilmente constituído mas tenazmente mantido, Portugal, não se pode deixar encurralar sem uma zona de expansão — de «fronteira», no sentido que a palavra veio a tomar quando os colonos norte-americanos se internaram no continente.

Acontecia assim porque os governantes, aragoneses, castelhanos ou portugueses, tinham uma visão geo-política aguda. Naturalmente diferente da nossa: a cada acontecimento o seu tempo cultural, os seus quadros mentais de compreensão do mundo. Não nos esqueçamos que o modo de vida dos grupos socialmente dominantes estava em íntima ligação com as actividades guerreiras, e as actividades guerreiras proporcionavam o desejado direito de saquear. Um processo primitivo, de distribuição da riqueza, decerto, mas o processo nobre por excelência. Roubar em combate ou como resultado de uma batalha ganha era *honroso*, logo socialmente prestigiante. E então nada de mais importante havia para os senhores laicos — ricos-homens, infantões, simples cavaleiros e escudeiros — ou religiosos do que verem reconhecido o seu valor que se consubstanciava na *honra*. Na honra e no proveito, pois o mundo muçulmano era o da circulação da moeda de ouro, o ambicionado metal. Não só o ouro do saque. À conquista seguia-se o repovoamento, e com o repovoamento a distribuição de terras, a subordinação de servos ou de rústicos obrigados a entregar os seus excedentes produtivos aos titulares das propriedades que a munificência régia concedia. Rendas que por sua vez vinham a ser redistribuídas por uma série de familiares — no sentido extenso, ou seja, de clientelas. E isto quer se tratasse de cristãos como de mouros. A mundividência, neste aspecto, não diferia.

A religião, perguntar-se-á, não desempenhava aqui o seu papel? Decerto que sim. O inimigo secular da Cruz era o Crescente, o inimigo do Crescente a Cruz. Mas há séculos que conviviam, em guerra e em paz, em situações de conflito extremo como quando Almançor reorganiza e revitaliza Al-Andalus, ou em convivência relativamente pacífica. Outras situações havia, de ambiguidade, em que não se destrinça o que era uma vassalagem, uma aliança táctica, ou uma traição. Exemplo típico dessa indeterminação é o da conquista de Valencia pelo famoso Rui Diaz de Bivar — o Cid — ou a de Geraldo Geraudes, o *Sem Pavor*, que na aparência um traidor ambicionava afinal estender

as conquistas a Marrocos. Em muitos casos não nos é hoje líquido distinguir a façanha guerreira do acto político, e muito menos saber o significado exacto do acto político.

Mas decerto que quanto mais se avançasse na conquista, mais espaço ficaria para a expansão de uma Fé. E isso não era de pouca monta. De ambos os lados, naturalmente. Fé a que nem era conveniente apressar a conversão. Se os infiéis fossem mais duramente espoliados com uma tosquia regular, para quê convertê-los? O eventual entusiasmo militante do catequista era temperado pela realidade material em que convinha dominar, impor, submeter e explorar. Lembremos que o bispo cristão da Lisboa muçulmana foi morto pelos cruzados quando abandonava a cidade.

É neste quadro de um comportamento generalizado a ambos os contendores que há-de entender-se a Reconquista.

De ambos os lados se estava longe da frente comum contra o inimigo. Salvo alguns momentos, lá muito para trás dos anos que me propus observar, acontecera para o Centro (Leão e Castela) e o Ocidente cristão (Portugal) essa unidade (com Fernando Magno, no século XI) — mas não para Oriente (Aragão).

Do mesmo modo o califado de Córdova se fragmentou por várias vezes nos reinos de taifas. A variedade de origem dos senhores muçulmanos, a desunião que a ruptura com o Oriente acarretara, a forte presença berbere no conjunto, tornava a agregação, ou a acção concertada, contingente.

Com Almançor, com Yusuf ben Tasufin, com os primeiros almohadas por exemplo, o poder califal impusera-se, e os cristãos sofreram duros revezes. Mas com o seu desaparecimento ou com a sua decadência um senhorialismo muito forte, constituindo verdadeiros reinos debilmente ligados uns aos outros, quando não inimigos armados, punha constantemente em perigo as fronteiras. O poder cristão e o dos mouros alternava, e aproveitava-se a fraqueza do inimigo.

É neste quadro de desunião e de debilidade dos mouros que os reinos de taifas ressurgem pela terceira vez em 1231, quando em 1230 se dera a união de Leão e Castela por Fernando III, o futuro

S. Fernando. Fernando III e Jaime I de Aragão vão, por acordos sucessivos e em simultâneo, guerrear até se reduzirem os mouros ao reino nazarí de Granada — que persistirá até 1492.

O poder militar mouro sofre um rude golpe com a conquista de Córdova em 1236, que permitiu o domínio do vale médio do Guadalquivir; segue-se Jaén em 1246, e Sevilha, em 23 de Novembro de 1248. No dia de S. Clemente o estandarte de S. Fernando ergueu-se sobre o alcazár sevilhano.

Pelo lado ocidental, ou seja, do que confinava com Portugal, a situação não estagnara. Se a conquista de Alcácer (do Sal) em 1217 não teve a continuidade que parecia anunciar, há, em 1225, uma conjugação de esforços, sob a influência papal, que conduzem à tomada e destruição de Elvas. No entanto só em 1232, com a descida pelo vale do Guadiana das tropas de D. Sancho II — note-se que é o aproveitamento, quase imediato da fraqueza moura — a reconquista avança persistentemente: Moura, Serpa e Beja. Em 1234 Aljustrel cai às mãos dos cavaleiros da Ordem de Santiago de Espada.

E aqui convém uma pequena pausa de reflexão.

Com D. Afonso Henriques e D. Sancho I, e até 1189, a conquista fora empreendida no sentido Norte-Sul, considerando-se simplesmente o alargamento do território, que se sabia que de um momento para o outro uma nova arrancada muçulmana poderia desfazer. Tentava-se progredir para linhas mais a Sul, que se guarneciam, e se abandonavam, numa luta em que se procurava desgastar o inimigo e aproveitar-se-lhe as fraquezas; saquear; fazer cativos. No propósito de que aos poucos, com avanços e recuos, a linha de reconquista iria ficando mais para o Sul. Perdas e ganhos alternavam. A cavalaria era, mais do que uma actividade guerreira, um modo de vida. Assim aconteceu por mais de uma vez. Silves perde-se com o contra-ataque almohada e a linha do Tejo torna a ser, novamente, a fronteira segura em 1191. De 1232, em diante o sentido estratégico é outro. Toma-se como eixo o vale do Guadiana, pelo qual se vai avançando com persistência. Do vale do Guadiana se reflui para o interior oeste, e é a ocupação de Aljustrel.

Não é por acaso que isso acontece sob o comando de D. Paio

Peres Correia e é executado pelos cavaleiros de Santiago. Guerreiros e monges, fortemente organizados, ardendo talvez numa fé de cruzados — sem as complacências que a convivência cristã-muçulmana introduzira no convívio ora belicoso, ora cordato de reis e senhores — estes homens tinham decerto também um outro sentir das realidades geográficas, dos espaços que incessantemente percorriam. Geo-política, se quisermos usar uma expressão corrente no vocabulário de Jaime Cortesão.

Nisto residirá, creio bem, a razão da vitória final.

Em 1238 os cavaleiros espatários estabelecem o seu convento na excelente posição de Mértola. No ano seguinte, o alargamento do domínio cristão começa a estender-se para ocidente, para o litoral do Gharb, o que iria fazer entrar na coroa portuguesa um novo e diferente território — mas isso só depois de complexas negociações diplomáticas, pois os conquistadores estavam ligados à coroa vizinha.

Não é todavia de desprezar o facto aludido atrás: a fraqueza dos mouros. A «cunha» que as conquistas no vale do Guadiana representam enfraquecem as relações económicas entre o que resta do reino de Niebla e o Gharb a Sul de Portugal a um e outro lado do rio. Desde 1236, como disse, avançam de Norte para Sul, de Córdova a caminho de Sevilha, os conquistadores castelhanos. E também esses procurando um vale, o do Guadalquivir, para firmarem as suas posições. A conquista dos vales tinha, naturalmente, uma acentuada feição económica. Nos vales se apanhavam as colheitas e os gados, com o que, privando os núcleos de alimentos, se tentava forçá-los à rendição. Foi a política seguida, com tenacidade e durante quatro anos na região de Sevilha, cidade cuja fortaleza era inexpugnável. Ciladas, ardis, roubos, depredações enfraquecem o adversário de quem se prefere a rendição ao aniquilamento total. Sem esta avançada conjunta não se consegue explicar a facilidade com que o Algarve foi conquistado.

E agora, que o sentido estratégico da conquista fica esboçado, voltemo-nos para um problema erudito, com algum interesse.

Em 1419 o infante D. Duarte, querendo que as memórias dos seus antecessores ficassem devidamente registadas, encarregou um obscuro tabelião, um tal Fernão Lopes, de as «poer em carónica».

O tabelião lá se esforçou por reunir os materiais para uma tarefa ingente. E assim é que recolheu uns quantos capítulos de uma narrativa dos feitos de D. Paio Peres Correia, nascido em Portugal, cavaleiro da Ordem de Santiago em Castela e seu mestre, a que posteriormente se deu o nome de *Crónica da conquista do Algarve*. O texto não é, seguramente, da autoria de Fernão Lopes. O seu estilo arcaizante permite pensar que data do século XIV. E uma crítica, mesmo superficial, autoriza a dizer que não se destinava a relatar os feitos do monarca. Toda ela gira em volta de Paio Peres Correia e dos seus comendadores e cavaleiros espatários. A *Crónica*, dita *Crónica de 1419*, seria régia e assim teria de ser encomiástica para o monarca, não para um cavaleiro, por mais ínclito que se considerasse. Se Fernão Lopes alguma vez escreveu as crónicas que antecedem a de D. Pedro I, de certeza que o texto que conhecemos não é de sua autoria enquanto escritor. Podem ser peças de um processo que o tabelião reuniu pensando na construção de que estava encarregado, mas não é um resultado final, apurado, do historiador Fernão Lopes.

Posto isto — que é uma posição pessoal, embora naturalmente apoiada em quem melhor tem estudado estas matérias — não considero que a *Crónica* seja de desprezar. Herculano, como se sabe, não podia ter sido mais severo para com o ingénuo relato transmitido por Rui de Pina: «a contradição dos factos entre si e com factos e documentos incontestáveis, os erros de data, a suposição de personagens, o transtorno de nomes, tudo, enfim, desautoriza a narrativa do antigo historiador». Deduz a sua inaceitabilidade total: «sendo a narrativa contradicta por estes (*documentos*) em tudo onde é possível a confrontação, não nos parece que o resto deva ser admitido, ainda que dubitativamente, num corpo de história séria». A crónica «não é mais do que um tecido de vagas tradições, contra as quaes a experiencia nos deva ter assás prevennidos». Nem de outro modo o introdutor em Portugal da história dita «científica» poderia ter abordado o velho texto. A cronologia, a noção de tempo não está presente, nem é presumível que pudesse estar. A concepção de tempo, bem acompanhada por relógios e calendários não podia ser a do século XIV, centúria atribuível à crónica. Soma-se que Herculano não tinha — como talvez não pudesse ter — o espaço como preocupação central. Ora, se a

abordarmos por aí, creio que a *Crónica* não é tão pouco de ter em conta, ao contrário do que o romântico historiador afirmou.

O anónimo cronista propõe-se contar brevemente como D. Paio «ganhou Tauila e a maior parte do Algarve». Começa por situar mal os acontecimentos na sequência da tomada de Sevilha. Baralhando a cronologia diz-nos que estando em Alvite, lugar do Campo de Ourique, D. Paio ouviu os seus cavaleiros sobre a maneira como havia de tomar o Algarve «e se era tpo que se pudesse ganhar»; os cavaleiros terminam a «graueza da passagem da serra». Mas o mestre falou com «hũ mercador que andaua vendendo suas mercadorias entre os Mouros e os xpãos» chamado Garcia Roiz, a quem disse da sua vontade porque os «reis» da terra «eraõ em grande desuairo hũs com os outros», o que tornava a ocasião favorável. O mercador ensinou a melhor passagem da serra. A hoste dos almogávares sai de Aljustrel e «mansamente», para não ser sentida, vai conquistar a torre de Estômbar; isto feito, mandam recado ao mestre e aos freires, que passam a serra e tomam Alvor. Note-se, desde já, que havia homens que mercadejavam entre cristãos e mouros, como não podia deixar de ser — o que nos leva bem para o século XIV, pois a ser muito afastada dos acontecimentos esta informação seria escamoteada ou surgiria um pouco mais disfarçada. Aqui não. Muito simplesmente se diz da existência dos negócios. Por outro lado considere-se que, tomada Mértola e Aljustrel o mestre pensa, naturalmente, nas imediações de Silves, a mais prestigiosa cidade do Gharb.

Dominando os cristãos Estômbar e o Alvor, instalava-se um elemento perturbador na vida económica de uma região de fruta, figo e vinha. Além disso a proximidade do rio transmitia aos mouros de Silves uma enorme insegurança. E perigo. A fim de afastar os cavaleiros, para mais longe do «mejo do reino», onde fizessem menor dano, os mouros propõem um escambo com uma praça mais para oriente, «açerqua de Guadiana», onde a terra era menos povoada. Oferecem Cacela que, para os mouros, tinha a vantagem adicional de estar perto de Tavira, «lugar grande e poderoso de gentes», que os cristãos não acometeriam, e além do mais excêntrico. Feito o escambo, o mestre e os seus não desistem de incomodar os mouros, e pensam em cercar Paderne. O tipo de táctica descrita parece verosímil. Estômbar, Alvor,

Paderne, aceitação de Cacela, tudo pequenas fortalezas donde saíam a guerrear e a perturbar a vida económica. Era a criação de um desgaste permanente, afinal a única possibilidade de actuação por parte de um grupo aguerrido mas pouco numeroso. Batalhas, mesmo quando o cronista assim lhes chama, não houve. Escaramuças sim, que revelam ainda a fraqueza de um reino fragmentado, em que os reis e senhores mouros não se entendiam. Note-se que os cavaleiros parece já conhecerem bem a terra, (e provavelmente efectuaram diversões que permitiram a conquista de Ayamonte). As suas deslocações fazem-se na beira-serra ou mesmo na serra, o que militarmente é correcto. Os mouros atacam e fogem, o mesmo fazem os cristãos. Enfraquecem-se mutuamente, em erosão que cansa. Próximo de um Verão os moradores de Tavira disseram: «nos somos ja çerca do mes de Julho em q̄ auemos de apanhar nossos poês e de mais vensse achegando o tpõ do allaçil e pois q̄ assj somos corregidos e mal treitos do mestre façamos com elle ataa sã Miguel de setembro que vem tregoa e apanharemos em tanto nossas noujdades e depois guerreatemos com elle atta que o deitemos fora da terra». Não pode isto ter sido escrito por alguém que desconhecesse a vida agrícola do Algarve, nem a necessidade de apanhar o figo até S. Miguel — tempo do alacil —, figo que é a base da economia da região.

Propostas as tréguas, o mestre aceita; mas estas serão rompidas pela leviandade dos cavaleiros que indo à caça não resistem a passar pelas portas de Tavira. Provocação, de que resulta um ataque em que morrem seis cavaleiros e o mercador Garcia Roiz. A era que consta da crónica, nesta leitura que sigo, é de 1208. Se 1208 estiver por 1280 — um erro habitual de cópia — vem a dar no ano de 1242, ano plausível para a conquista, pois a doação de Tavira à ordem de Santiago é de 1244. Claro que aqui há que sublinhar uma incongruência: a utilização por mouros de designações do calendário agrícola cristão — o S. Miguel de Setembro. A menos que S. Miguel fosse ponto de referência visigótico ou hispano-romano. Mais uma das muitas curiosidades de um texto bem interessante. Já agora, a Frei João de S. José isto não passou despercebido e corta o S. Miguel, mantendo o Setembro. E o mesmo frade conta que a conquista se fez em 11 de Junho de 1242, dia de S. Barnabé, e acrescenta «no qual

se faz solene procissão na mesma cidade, em memória deste benefício». Por que não havemos de acreditar numa tradição que, por inocente, nada levaria a deformar?

Instalados em Tavira os espatários, o mestre D. Paio retoma o plano de atacar Paderne, numa dispersão que coincide com o tipo de acções que na Andaluzia também se praticavam. Quanto a Silves a morte de um rei menos prudente deixa-a sem grande defesa. Mas o mestre prefere receber pagamento de tributos a uma instalação permanente, com exigências de organização urbana: os seus eram poucos. Tomou Paderne, sim, e chacinou os mouros que aí se não tinham querido render. Uma pequena praça fortificada era mais útil para a continuação da guerra do que uma grande e embaraçosa cidade a organizar e a defender com forças exíguas.

Tudo na narrativa, estropiada como está em cópias tardias, revela um conhecimento da terra que não há fantasia que consiga disfarçar. O autor da *Crónica de D. Paio Peres* estivera no Algarve, e transmite uma forma de guerra desgastante, de usura, que era a típica dos cavaleiros das ordens religiosas e militares. Pelo que toca ao espaço, aceito, sem dúvida alguma, as suas informações, pode estar trocada a seriação dos ataques; podem episódios posteriores surgir por antecipação. Mas os elementos da realidade física são convincentes.

Vejamos mais um pouco.

Quando Afonso III decide completar a conquista iniciada no reinado do irmão destronado desloca-se por Beja a Almodôvar, passa a serra pelas Cortiçadas e por Selir dirige-se a Faro. Caminho bem escolhido, senão o único para uma rápida travessia da áspera serra. Também é uma nota de conhecimento da terra a referência às duas portas — a dos Freires e a da Vila — como ao canal do «rio» junto da «porta de fora descontra o mar», em Faro.

A cidade passa para a posse de Afonso III pacificamente, decidindo o monarca «que nenhũ não fizesse nenhũ nojo a nenhũ Mouro». Claro que pagariam os mesmos tributos — o «mesmo foro» que pagavam ao Miramolim de Marrocos, «e que elles ouuessẽ todas suas casas e vinhas e herdades» se quisessem permanecer. Livres ficavam de tudo abandonar. A era indicada, 1283, viria a cair no ano de 1245,

o que não coincide com o ano de 1249 apurado por Herculano, e de que ninguém duvida como sendo o da conquista. O que não é uma diferença escandalosa, e não me parece, continuo a pensar, que invalide a narrativa, fruste, do cronista de D. Paio Peres Correia. Mas repare-se a calma travessia de um exército real de Selir a Faro. Uma cavalgada recreativa, quase. Aliás não falta quem, refutando Herculano, e com algumas razões, defenda mais rudemente que D. Afonso III não participou na conquista de Faro. Pouco tempo aqui repousou, com efeito. Só no ano seguinte volta com uma comitiva verdadeiramente régia para proceder a uma larga série de actos administrativos que marcam bem a sua presença.

Aos cavaleiros de Santiago coube a conquista de Loulé, um pouco depois, e a de Aljezur. Sabe-se pouco ou nada da conquista de Loulé. Apresento porém duas hipóteses. Uma, de ela se ter realizado em 23 de Novembro de 1249. E isto porque não vejo muitas razões para ser o S. Clemente o orago da freguesia. Santa Maria ou Santiago ficaram como oragos de todas as restantes conquistas. O que se entende. S. Clemente destoa. Tomada a vila de Faro em Março, meses depois, em Novembro, cairia Loulé. É de considerar esta hipótese, pela permanência de uma comunidade moura durante séculos, o que revela uma ocupação bastante pacífica. Outra hipótese, é a de estar a conquista da vila relacionada com qualquer voto dos espatários feito aquando da conquista de Sevilha no ano anterior. Coisas de somenos, decerto. Mas hipóteses que algum esclarecimento podem trazer a obscuros e mal documentados acontecimentos. De Albufeira nada se sabe, mas tendo a ordem de Avis ficado com o seu padroado é de supor que isso acontecesse como recompensa de alguma participação bélica — a menos que se destinasse a quebrar o exclusivo das doações aos espatários.

Conquistado o reino do Algarve, havia que o organizar. As doações régias, a partir de 1250, confirmam a acção decisiva da ordem de Santiago. Como seu padroado ficaram as igrejas de quase todas as freguesias criadas logo após a reconquista. À ordem de Santiago pertenceriam também as comendas — excepto a de Albufeira, que ficou para a ordem de Avis.

O Rei, ao abrir mão de tantos dos seus direitos, revela dois

aspectos: a acção desenvolvida pelos espatários na conquista e o reconhecimento por isso substanciado em belas dádivas; a necessidade de manter uma estrutura militar numa terra de fronteira, e onde o perigo passa a ser marítimo.

Registou a crónica um elemento do maior interesse para se entender este segundo aspecto: «desque elrej D. A^o ouue em seu poder estes lugares que ditos auemos des entam não cessou de perseguir a terra dafrica com gram frota de nauios fazendo lhe grande dano e estrago nella». O que, dito de outro modo, revela que os cavaleiros de Santiago continuaram a sua luta contra os mouros, mas agora como corsários. A guerra de corso, a pilhagem naval, era também uma forma honrosa de roubo. E se ela existia, é porque a ligação comercial também se não destruiu. O que nos leva a recordar que as complementaridades entre as duas fachadas do golfo luso-hispano-marroquino (esse Mediterrâneo-atlântico) são bem profundas e estruturais. É, sempre, a necessidade de alargarmos os nossos horizontes para entender uma pequena região. Pela mesma razão que o Miramolim de Marrocos poderia querer a sua ligação do Gharb (Ocidente) da Península através de tributos e nomeações militares, D. Afonso III e os cavaleiros de Santiago — como mais tarde D. João I e João Afonso — pensavam na África. É o imperialismo da geo-história que nos ensina Fernand Braudel. Os homens e as suas políticas a separarem artificialmente o que funcionalmente está ligado.

Conquista, reorganização administrativa. Aos velhos núcleos urbanos vão ser concedidos os forais que reconhecem os concelhos, em que, naturalmente, vão ter papel de relevo os ocupantes que começam a instalar-se. Creio bem que a presença, desde muito cedo, de aristocracias concelhias no Algarve — as nobrezas que crismei de «nobrezas de pelourinho» para não confundir com a fidalguia e com os senhores que aqui escasseiam — se deve precisamente aos homens vindos do Norte, beneficiados pelas doações régias. São os «pobreadores» ou povoadores que garantem a titularidade da administração dos poucos concelhos que ao tempo se formam: Silves, cidade e bispado, Tavira, Faro e Loulé, depois Castro Marim, com o foral de Lisboa; Aljezur, Porches, Cacela mais tarde; Lagos só mesmo para finais do século, em 1299 se autonomizará; Alvor e Alcoutim também esperarão até

1304; os restantes são bem mais tardios. Concelhos extensos e decerto mal ocupados, que os reis «mandam» povoar.

Uma das características da conquista do Algarve é-nos revelada logo pela crónica: «a auença que elrej fez com os Mouros foi per esta guisa que elles fizessem aquelle mesmo foro que em totalas cousas compridamente faziaõ ao seu rej Almiramolim e que elles ouuessẽ todas suas casas e uinhas e herdades per essa guisa que as antes auiaõ». Os próprios cavaleiros mouros podiam passar à vassalagem do rei português.

Neste facto, que a história posterior confirma, houve-se o rei de Portugal com mais habilidade do que os scberanos da vizinha Castela. Aí houve perturbações que levaram a uma expulsão, que veio a trazer uma necessidade de repovoamento de Andaluzia. As consequências foram de tal modo graves que ainda hoje se fazem sentir, em especial na tremenda extensão do latifúndio, resultante do vazio populacional que, por vicissitudes várias, levou à concentração de terras em poucas mãos.

Ao introduzir a organização concelhia no Algarve, o rei português estava a destruir, enquanto reino, a região conquistada. A divisão em concelhos, em que cada jurisdição é exactamente tão poderosa como a vizinha, desfazia uma unidade regional marcada. Na nossa linguagem, não se criaram poderes intermediários entre o Rei e os concelhos. Não havia uma ligação, ou uma representação conjunta do território, regional, numa palavra.

Ora é suspeitável uma supremacia inicial de Silves, que ainda se manifesta nos muitos protestos da cidade, nas reuniões de Cortes durante o século XIV. Nelas se mostra uma progressiva articulação dos vários interesses das subregiões, que a economia impunha à revelia dos oficiais da câmara da antigo Chelb. Isto apesar da fragmentação política característica dos finais do domínio mouro na Península.

No Portugal senhorial de duzentos seria concebível manter uma tão extensa unidade regional? Não o creio, pois não temos exemplos de concepções desse tipo, e o certo é que as regiões da Europa moderna, com alguma autonomia dentro de Estados, surgem pela destruição de antigas casas feudais. A presença, necessária, das ordens

se tornou ele e os outros, e se fizeram cristãos». Não aconteceria especialmente em Loulé, é de supor. O que se passa é que os mouros e mouriscos — mouros convertidos — não podiam viver, desde meados do século XVI (1544), nos portos de mar. Temia-se que dessem aviso aos corsários das partes de Além.

E por aqui retomo um dos aspectos fundamentais para explicar a conquista do Algarve. Na *Crónica* lê-se, recorde: «desque elrey D. A^o ouue em seu poder estes lugares que ditos auemos des entam não cessou de perseguir a terra dafrica com gram frota de nauios fazendo lhe grande dano e estrago nella». A fama dos feitos dos cavaleiros de Santiago teria mesmo chegado aos ouvidos do Papa, que os requereira para o Oriente mediterrâneo.

Pirataria, comércio. O golfo luso-hispano-marroquino era, e seria até bem entrado o século XIX, um campo propício para estas actividades, onde a navegação era intensa. Muito antes de Ceuta os reis de Portugal quiseram assomar-se a esse vestíbulo do Mediterrâneo. Para guerra de corso e contra-corso vai D. Dinis precisamente organizar o serviço das galés e contratar o almirante Pessanha. Porque a guerra contra os mouros — e assim acontecia em Castela desde os tempos de D. Fernando III — era sobremaneira essa. E isso explica — se não tudo uma boa parte — do esforço da conquista no Extremo-Sul do ocidente peninsular.

Não creio que as riquezas do Algarve, que as cidades do Algarve, que o crescimento comercial do Algarve atraíssem a ponto de por ele haver as guerras posteriores à conquista e toda a confusa contenda diplomática com Castela para a sua definitiva incorporação na coroa portuguesa.

No Algarve o atractivo é o da situação num conjunto em que Portugal queria participar e ter voz activa. São os portos de mar que abrem para Além-mar em África, é a pertença ao trato rico do Oriente mediterrâneo. A atestar este facto está o destaque de Lagos em 1299, fazendo perder a Silves uma boa parte do seu termo, avançando com a promoção administrativa dos portos para uma predominância da «ourela do mar» em detrimento do «sertão» (para usar a sugestiva linguagem do observador ímpar do Algarve que foi Frei João de S. José).

Em finais do século XIV já era Faro o porto preferido para as exportações de figos, passas e vinho, as velhas e persistentes produções do Algarve.

Não sendo um especialista em história medieval, esta é uma leitura da *Crónica de D. Paio Peres Correia* que me parece lícita. Uma entre outras, naturalmente. A sua validade decorrerá da adequação com os documentos. Sem história não há documentos, como se sabe. Mas a inversa não é menos verdadeira, nesta tentativa de nos compreendermos que é o estudo do passado.

JOAQUIM ROMERO MAGALHÃES
*Professor da Faculdade de Economia
da Universidade de Coimbra*